

25/05/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 103.149 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : **MIN. CELSO DE MELLO**
PACTE. (S) : SILVINO JANUÁRIO DANTAS
PACTE. (S) : ANTONIO JANUÁRIO FILHO
IMPTE. (S) : PAULO EDUARDO BUSSE FERREIRA FILHO E
OUTRO (A/S)
COATOR (A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E M E N T A: "**HABEAS CORPUS**" - **CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - REUNIÃO DE CAUSAS PENAIS - INCONVENIÊNCIA DESSA MEDIDA - ADOÇÃO FACULTATIVA DE REFERIDA PROVIDÊNCIA PROCESSUAL PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - APLICAÇÃO DO ART. 80 DO CPP - PRETENDIDO RECONHECIMENTO, EM FAVOR DOS PACIENTES, DO NEXO DE CONTINUIDADE DELITIVA - NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO PROCESSO DE "HABEAS CORPUS" - PEDIDO INDEFERIDO.**

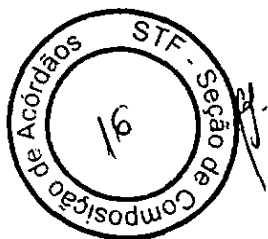
- **É facultado ao juiz**, nas hipóteses legais de conexão ou de continência de causas, **ordenar a separação** de processos, **ainda** que ocorrente **qualquer** das situações previstas **no art. 80** do CPP.

- **O reconhecimento** do nexo de continuidade delitiva **não se revela viável** em sede de "habeas corpus", **quando essencial**, ao exame dessa "*fictio juris*", **a análise** de elementos probatórios complexos **produzidos** no processo penal de conhecimento. **O rito sumaríssimo** do processo de "habeas corpus" **mostra-se incompatível** com a apreciação de pleito **cujo acolhimento dependa** da necessidade de exame aprofundado de fatos **e/ou** de provas. **Precedentes.**

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **acordam** os Ministros do Supremo Tribunal Federal, **em Segunda Turma**, sob a Presidência do Ministro Eros Grau, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, **por unanimidade** de votos, **em indeferir** o pedido de "habeas corpus", **nos termos** do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Brasília, 25 de maio de 2010.



CELSO DE MELLO - RELATOR

25/05/2010

SEGUNDA TURMA

HABEAS CORPUS 103.149 RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
PACTE. (S) : SILVINO JANUÁRIO DANTAS
PACTE. (S) : ANTONIO JANUÁRIO FILHO
IMPTE. (S) : PAULO EDUARDO BUSSE FERREIRA FILHO E
OUTRO (A/S)
COATOR (A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): A douta Procuradoria Geral da República, em parecer da lavra do ilustre Subprocurador-Geral da República, Dr. MARIO JOSÉ GISI, assim resumiu e apreciou a presente impetração (fls. 33/41):

" 'PROCESSUAL PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. FEITOS DISTINTOS. REUNIÃO DOS PROCESSOS. FACULDADE DO JUIZ, A SER OBSERVADA EM CADA CASO. ART. 80 DO CPP. SEPARAÇÃO FACULTATIVA EM FACE DE MOTIVOS RELEVANTES: COMPLEXIDADE DAS AÇÕES PENAIS, SÉRIA POSSIBILIDADE DE SUPERVENIÊNCIA DA PRESCRIÇÃO E FEITOS EM FASE PROCESSUAL DISTINTA, UM DELES EM ESTÁGIO BEM MAIS AVANÇADO. AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. INOCORRÊNCIA. POSSIBILIDADE DE UNIFICAÇÃO DAS PENAS EM CASO DE CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

- Tomando-se a complexidade de ambos os feitos, a diversidade de provas, o risco da superveniência da prescrição e o estágio do andamento das ações penais, é de se reconhecer a inconveniência da pretendida conexão e o tumulto processual que seria criado pela reunião das demandas.

- Parecer pelo indeferimento da ordem.



HC 103.149 / RS**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RELATOR**

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, nos autos em epígrafe, diz a V. Exa. o que segue:

Trata-se de 'habeas corpus', com pedido de liminar, impetrado em benefício de SILVINO JANUÁRIO DANTAS e ANTÔNIO JANUÁRIO FILHO, contra acórdão proferido pela Quinta Turma do eg. Superior Tribunal de Justiça, que denegou a ordem nos autos do HC nº 100.764/RS, mantendo o indeferimento do pleito de reunião dos processos em que os pacientes figuram como réus. Este, o teor da ementa do julgado (apenso, fl. 1113):

'PROCESSUAL PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PROCESSOS DISTINTOS. CONEXÃO. REUNIÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DOS FEITOS. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AOS RÉUS. FACULDADE DO JUIZ. CONEXÃO. 'HABEAS CORPUS'. VIA INADEQUADA. ORDEM DENEGADA.

1. **'A união de processos** em razão da conexão tem, entre outras, a finalidade de tornar melhor a apreciação da prova pelo juiz, evitando-se, por conseguinte, decisões conflitantes. Todavia, há casos em que essa reunião se torna inconveniente, razão pela qual faculta ao juiz o art. 80 do Código de Processo Penal a separação dos processos pelos motivos constantes neste dispositivo (...) ou por outro motivo relevante' (HC 46.633/PR).

2. **Restando configurada** a complexidade dos feitos, não há falar em violação à instrumentalidade das formas e à indivisibilidade da ação penal, exatamente quando a conexão não atenderia ao fim a que se propõe de economia processual, uma vez que ensejaria prejuízo à ampla defesa e ao contraditório e, consequentemente, violação ao devido processo legal.

3. **O 'habeas corpus'** não é a via adequada para se constatar a conexão dos processos, por implicar análise de fatos e provas, impossível na via estreita do 'writ'.

4. **Ordem denegada.**

No presente 'writ', colhem-se, da inicial de vinte laudas, **as seguintes alegações**: a) **os pacientes** figuram no pólo passivo da Ação Penal nº 022/2.05.0006688-2, por incursos nas sanções do art. 1º, II, c/c o art. 11, 'caput',



HC 103.149 / RS

e 12, I, todos da Lei nº 8.137/90, na forma do art. 71 do Código Penal, bem como da Ação Penal nº 022/2.05.0006991-1, por infringência ao art. 1º, II e IV, c/c art. 11, 'caput', e 12, I, da Lei nº 8.137/90, também na forma do art. 71 do Código Penal, ambas em curso perante o Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Pelotas/RS; **b) os referidos** feitos envolvem os mesmos fatos; **c) as provas que instruem** as peças acusatórias constituem um acervo indissociável; **d) as condutas** atribuídas aos pacientes estão unificadas pela ocorrência da continuidade delitiva; **e) a única testemunha** arrolada pela acusação é a mesma nos dois processos; **f) os réus** são os mesmos, à exceção do corréu Ramilson Maurício de Sousa, incluído na segunda denúncia por ter ingressado no quadro social da empresa Gransul Comércio de Cereais Ltda; **g) são as mesmas** as testemunhas indicadas pela defesa; **h) a primeira** ação penal refere-se ao período compreendido entre 09/01/1996 e 14/05/1999 e a segunda ao período de 17/09/1999 a 14/12/2001; **i) a identidade dos réus**, a natureza dos delitos imputados e o período em que teriam ocorrido, a prova e as testemunhas arroladas impõe a unificação dos processos; **j) a junção** também interessa à administração da justiça, pela economia de tempo e de recursos, evitando a duplicidade de ulteriores atos processuais; **k) em todos os aspectos**, os institutos da conexão e da continência obrigam a reunião dos mencionados processos; **l) os pacientes** são os maiores prejudicados com a tramitação em separado dos feitos, pois a eles se nega o direito de conhecer e de se defender de uma única acusação por um único crime (continuado), de uma só vez e por completo, para que não haja o risco de dupla condenação por um único delito ou de sentenças contraditórias; **m) não se mostra necessária** a análise de fatos e provas para se constatar a conexão; **n) apenas 4** (quatro) meses separam as condutas descritas em cada denúncia, em feitos que, no conjunto, alcançam o período de 5 (cinco) anos; **o) a relevância** do motivo apontado para indeferir o pleito de reunião dos processos não pode afrontar os princípios do contraditório e da ampla defesa; **p) a decisão** proferida com fundamento no art. 80 do CPP deve ser reavaliada tomando-se por base os princípios constitucionais que tutelam o exercício do direito à ampla defesa.

Ao final, pedem os pacientes, no mérito, a concessão da ordem a fim de que sejam reunidas as ações penais, em



HC 103.149 / RS

observância à regra que determina a unidade de processo e julgamento de feitos unidos por conexão e continência (fls. 02/21).

Medida liminar indeferida às fls. 28/30.

É o relatório.

A presente súplica não reúne condições de prosperar.

Sabe-se que ocorre a conexão quando duas ou mais infrações estiverem ligadas por um vínculo, que recomende a junção dos processos. Tal como a continência, visa o instituto propiciar ao julgador uma compreensão mais precisa do acervo de provas, permitindo-lhe melhor avaliação dos fatos, de modo a entregar a melhor prestação jurisdicional possível. Havendo conexão ou continência, a regra é a reunião dos feitos.

Contudo, essa reunião de processos nem sempre se mostra aconselhável ou conveniente, tornando até mesmo mais tormentosa a fase probatória. **A complexidade** de ambas as ações penais, **a séria possibilidade** de superveniência da prescrição **e o fato** de cada um dos feitos se encontrar em fase processual diversa, **um deles** em estágio bem mais adiantado, com instrução probatória praticamente concluída, **e o outro** ainda no aguardo da realização do interrogatório dos acusados **podem ensejar perfeitamente a manutenção dos feitos em separado**, permitindo melhor análise e julgamento das causas. Esses, aliás, foram os motivos declinados pelo Ministério Público local e acolhidos pelo Juízo de primeiro grau para indeferir a pretensão da defesa, 'verbis' (apenso, fls. 1078, 1080/ 1082):

'Postulam os réus Silvino Januário Dantas e Antônio Januário Filho, em seu petitório de fls.407/417, a junção da presente ação penal ao processo n 02.05.0006991-1, que tramita perante essa mesma 4ª Vara Criminal, sustentando, em resumo, que ambos os feitos são formalmente idênticos, que a separação dificulta a 'visualização conjunta do quadro probatório' e o regular exercício do contraditório, violando os princípios da garantia ao devido processo legal, da economia, da instrumentalidade das formas, do contraditório, da ampla defesa, da indivisibilidade, do 'ne bis in idem' e da intocabilidade da coisa julgada, sublinhando não haver o risco de prescrição.

Sem razão.

HC 103.149 / RS

Contrariamente ao que sustentam os requerentes, a manutenção do trâmite em separado de ambas as ações penais de forma alguma viola os princípios inquinados.

Importa esclarecer, 'ab initio', que ambas as denúncias foram ofertadas separadamente em virtude do largo espaço de tempo transcorrido entre a remessa das respectivas documentações que as embasam ao Ministério Público.

Já no presente passo processual, a reunião de ambas seria de todo contraproducente, eis que versam sobre fatos inteiramente diversos, sendo que aqueles que são objeto da presente demanda ocorreram durante o período compreendido entre os dias 05 de janeiro e 30 de abril de 1999, enquanto aqueles que são objeto da ação penal nº 02.05.0006991-1 ocorreram entre 1º de outubro de 1999 e 14 de dezembro de 2001, além do que, muito embora ambos ostentem réus em comum, o segundo apresenta um quarto acusado, Ramilson Maurício de Souza.

A prova documental que oferece supedâneo aos dois feitos. outrossim, mostra-se completamente distinta, lastreando-se o presente principalmente no Auto de Lançamento nº 0007723156, lavrado pela Fazenda Pública em 28.06.2000, e o processo nº 02.05.0006991-1 no Auto de Lançamento nº 0009404066, lavrado em 23.04.2002, ou seja, a prova relativa a uma ação em nada interfere ou depende da prova relativa à outra.

Não há que se falar, portanto, em violação aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, esta de modo algum cerceada, tendo os ora peticionantes, pessoalmente ou por intermédio de seus patronos constituídos, demonstrado, durante todo o andamento do feito, plena ciência de todos os atos processuais praticados, para os quais foram regularmente intimados, sem exceção.

Despropositada, assim, a alegação de que a separação dificulta a 'visualização conjunta do quadro probatório' e o exercício da ampla defesa.

O que ressaí do exame conjunto dos processos em questão é justamente o oposto.

Ocorre que o presente feito encontra-se já em fase final de instrução, aguardando-se, para seu encerramento, apenas o retorno de cartas precatórias



HC 103.149 / RS

destinadas à oitiva de testemunhas arroladas pelas próprias defesas (fl.372), que delas não abriram mão.

Já o processo nº 02.05.000699.1-1 encontra-se numa fase bem mais atrasada, pendendo ainda o interrogatório do réu Ramilson.

Como é fácil observar, a reunião dos processos implicará um sobrestamento de fato do presente feito, que fatalmente aguardará, até um encerramento conjunto, que se realize toda a instrução do outro processo, aspecto que, somado às já distantes datas em que praticados os ilícitos aos agentes imputados, tornará, muito maior, contrariamente ao que aduzem os peticionantes, o risco da superveniência da prescrição.

Em amparo aos termos da presente manifestação, faz-se mister referir que a obrigatoriedade legal da junção de ações penais conexas não se mostra de modo algum absoluta.

É Mirabete quem demonstra, ao destacar a ementa que segue transcrita, que a regra insculpida no art.82 do Código de Processo Penal, determinando a avocação do processo conexo instaurado em separado, não é absoluta, mas, sim, guarda uma relação de complementaridade e deve ser apreciada em cotejo com o disposto no art.80 do mesmo diploma legal, o qual reza que, por 'motivo relevante', será facultada à conveniência do julgador a separação dos feitos:

'STF - A advocatória prevista no artigo 82 do CPP é norma que deve ser interposta juntamente com o artigo 80 do Código, que faculta a separação dos processos quando pelo excessivo número de acusados ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação. Ausência de ilegalidade' (JSTF 257/277). [MIRABETE, Julio Fabbrini; 'CÓDIGO DE PROCESSO PENAL INTERPRETADO'; 9º ed.; Atlas; 2002; p322]

Especificamente no que concerne ao 'motivo relevante' referido no art.80 do CPP, ensina o mesmo jurista [MIRABETE, ob. cit., p. 317]:

'Prevê o dispositivo as hipóteses em que, embora haja continência ou conexão, pode o juiz, facultativamente, separar os processos. Cabe a

HC 103.149 / RS

ele, nas hipóteses mencionadas no art. 80, aquilatar a conveniência da separação. Deve evitar excesso de prazo na formação da culpa de réu preso (prisão em flagrante, prisão preventiva, prisão temporária, prisão decorrente de sentença de pronúncia), mora processual devido ao número maior de acusados ou qualquer outro inconveniente sério para a regularidade da instrução. A enumeração, portanto, não é taxativa, permitindo a separação por qualquer motivo relevante, em benefício dos acusados ou da própria administração da Justiça'.

Guilherme de Souza Nucci, na esteira, posiciona-se em idêntico sentido ['CÓDIGO DE PROCESSO PENAL COMENTADO'; 3º ed.; RT; 2004; p.228]:

'Tendo em vista que a conexão e a continência, como já afirmado, têm por finalidade garantir a união dos processos para uma melhor apreciação da prova pelo juiz, evitando-se decisões conflituosas, pode ocorrer a inconveniência dessa junção, seja porque torna mais difícil a fase probatória, seja pelo fato de envolver muitos réus - uns presos e outros soltos - e até por razões outras que somente o caso concreto pode determinar'.

Tem-se, pois, à toda evidência, que a própria complexidade de ambas as ações penais, lastreada, cada uma, em ampla prova documental, somada à séria probabilidade da superveniência de prescrição, conforme explanado supra, constituem motivos mais do que relevantes para que sejam mantidos os dois feitos em trâmite separado.

Importa assinalar que, na hipótese de eventual condenação dos réus em ambos os processos, prejuízo algum lhes implicará a manutenção da separação dos feitos, haja vista que o reconhecimento da continuidade delitiva poderá dar-se já no juízo da execução, por ocasião da unificação das penas.'

Com efeito, tomando-se a complexidade de ambos os feitos, a diversidade de provas, o risco da superveniência da prescrição e o estágio do andamento das ações penais, é de se reconhecer a inconveniência da



HC 103.149 / RS

pretendida conexão e o tumulto processual que seria criado pela reunião das demandas.

Mesmo que estejam presentes os fatos autorizadores da continuidade delitiva, ainda resta ao magistrado a faculdade de separar os processos se entender conveniente à administração da justiça, nos exatos termos do art. 80 do Código de Processo Penal:

'Art. 80. Será facultativa a separação dos processos quando as infrações tiverem sido praticadas em circunstâncias de tempo ou de lugar diferentes, ou, quando pelo excessivo número de acusados e para não lhes prolongar a prisão provisória, ou por outro motivo relevante, o juiz reputar conveniente a separação.' (...)

Na lição de **Guilherme de Souza Nucci**, 'andou bem a lei ao preceituar que fica ao critério do juiz a separação dos processos, por qualquer motivo relevante, impossível de ser previsto prévia e expressamente em lei, mas que pode conturbar mais do que auxiliar na produção de provas. (...) Por outro lado, pode estar próximo da prescrição, de modo que a prova interessante somente para um réu, deferida pelo juiz, pode não ter a menor importância para os outros, razão pela qual impõe-se, por motivo relevante, a separação'.

Outro não é o pensamento da jurisprudência desse col. Supremo Tribunal Federal: 'desde que submetidos ao mesmo Juízo, pode o magistrado utilizar-se da faculdade de não reunir processos conexos, por força do que dispõe o art. 80 do Rel. Min. CEZAR PELUSO'.

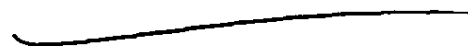
De outra parte, a impetração não logrou êxito em comprovar a eventual ocorrência de prejuízo ao devido processo legal, à ampla defesa e ao contraditório, em virtude da existência de duas ações penais em andamento contra os pacientes. Se é certo que seus advogados terão um pouco mais de trabalho em acompanhar os processos, não é menos certo que não há qualquer prejuízo ou cerceamento ao exercício da defesa. E mais: os feitos não sofrem o risco de decisões contraditórias, haja vista que tramitam perante o Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Pelotas/RS e, portanto, encontram-se sob o crivo do mesmo Julgador. Se porventura algum erro for cometido, não faltam meios processuais para repará-lo.

HC 103.149 / RS

Cumpre enfatizar, por fim, que, mesmo no julgamento em separado, caso o paciente venha a ser condenado em ambas as ações penais, a unificação pela continuidade delitiva, se porventura configurada, poderá ser realizada pelo Juízo da execução penal, também sem qualquer prejuízo aos pacientes.

Ante o exposto, opina-se **pelo indeferimento do pedido de 'habeas corpus'.**" (grifei)

É o relatório.



HC 103.149 / RS

V O T O

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - (Relator): A presente impetração **insurge-se** contra decisão, que, **emanada** do E. Superior Tribunal de Justiça, **encontra-se consubstanciada** em acórdão **assim** ementado (Apenso 05, fls. 1.113):

"PROCESSUAL PENAL. 'HABEAS CORPUS'. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. PROCESSOS DISTINTOS. CONEXÃO. REUNIÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DOS FEITOS. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AOS RÉUS. FACULDADE DO JUIZ. CONEXÃO. 'HABEAS CORPUS'. VIA INADEQUADA. ORDEM DENEGADA.

1. 'A união de processos em razão da conexão tem, entre outras, a finalidade de tornar melhor a apreciação da prova pelo juiz, evitando-se, por conseguinte, decisões conflitantes. **Todavia, há casos em que essa reunião se torna inconveniente**, razão pela qual **faculta** ao juiz o art. 80 do Código de Processo Penal a **separação** dos processos pelos motivos constantes neste dispositivo (...) ou por outro motivo relevante' (HC 46.633/PR).

2. **Restando configurada a complexidade dos feitos**, não há falar em violação à instrumentalidade das formas e à indivisibilidade da ação penal, **exatamente** quando a conexão não atenderia ao fim a que se propõe de economia processual, uma vez que ensejaria prejuízo à ampla defesa e ao contraditório e, conseqüentemente, violação ao devido processo legal.

3. O '**habeas corpus**' não é a via adequada para se constatar a conexão dos processos, por implicar análise dos fatos e provas, impossível na via estreita do 'writ'.

4. **Ordem denegada."**

(HC 100.764/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA - grifei)

Busca-se, na presente sede processual, a reunião de processos **que tramitam**, em primeira instância, **contra** o ora paciente,

HC 103.149 / RS

eis que, **alegadamente**, "(...) a identidade dos réus, a natureza dos delitos imputados, o período em que eles teriam ocorrido, a prova, as testemunhas arroladas por acusação e defesa, tudo impõe a unificação desses processos" (fls. 05).

Sendo esse o contexto, **analiso** a postulação em causa. **E**, ao fazê-lo, **entendo assistir razão** à douta Procuradoria Geral da República, **quando opina**, no caso ora em exame, **pela denegação** do pedido de "habeas corpus".

É que a decisão ora impugnada, **proferida** pelo E. Superior Tribunal de Justiça, **ajusta-se** à diretriz jurisprudencial **que esta** Suprema Corte **firmou** na análise da matéria (**HC 83.463/RS**, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - **HC 88.867-AgR/RS**, Rel. Min. EROS GRAU - **HC 91.895/SP**, Rel. Min. MENEZES DIREITO):

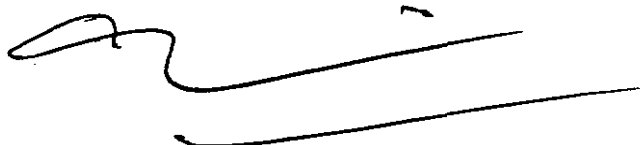
"Desde que submetidos ao mesmo juízo, **pode** o magistrado utilizar-se **da faculdade de não** reunir processos conexos, **por força** do que dispõe o art. 80 do CPP."

(**RTJ 189/624**, Rel. p/ o acórdão Min. ELLEN GRACIE, **Pleno** - grifei)

"VIOLAÇÃO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. DESMEMBRAMENTO DOS AUTOS.

A regra do art. 79 do Código de Processo Penal - **competência por conexão ou continência** - **é abrandada** pelo teor do art. 80 do Código de Processo Penal, **que faculta** a separação dos autos **quando se tratar** de fatos distintos, como ocorre nos caso concreto."

(**RTJ 197/1033**, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA - grifei)



HC 103.149 / RS

Cabe destacar, ainda, por relevante, a seguinte observação constante do pronunciamento da douta Procuradoria Geral da República (fls. 39):

"(...) **tomando-se a complexidade** de ambos os feitos, **a diversidade** de provas, **o risco** da superveniência da prescrição **e o estágio do andamento** das ações penais, **é de se reconhecer a inconveniência** da pretendida conexão e o tumulto processual que seria criado pela reunião das demandas.

Mesmo que estejam presentes os fatos autorizadores da continuidade delitiva, **ainda resta** ao magistrado a faculdade de separar os processos **se** entender conveniente à administração da justiça, **nos exatos** termos do art. 80 do Código de Processo Penal." (grifei)

Nem se diga, de outro lado, que, em decorrência de alegada configuração, na espécie, **do nexo** de continuidade delitiva **entre** os crimes **objeto** dos procedimentos penais **referidos** nesta impetração, daí resultaria - **considerado** o caráter unitário que assume, por ficção jurídica, o delito continuado - a necessidade de instauração, contra os ora pacientes, de "*simultaneus processus*", em ordem a garantir-lhes, no caso em análise, **unidade** de processo e de julgamento.

A inviabilidade de tal exame decorre da circunstância, processualmente relevante, **de que a via** sumaríssima da ação de "*habeas corpus*" não admite maior indagação em torno da constatação



HC 103.149 / RS

dos elementos de configuração do crime continuado, como adverte o magistério jurisprudencial desta Suprema Corte (HC 85.113/SP, Rel. Min. CARLOS VELLOSO - HC 92.753/RJ, Rel. Min. EROS GRAU - HC 96.784/BA, Rel. Min. ELLEN GRACIE, v.g.):

" 'HABEAS CORPUS' - PRÁTICAS DELITUOSAS REITERADAS COMETIDAS EM BASES PROFISSIONAIS - PRETENDIDO RECONHECIMENTO DO NEXO DE CONTINUIDADE DELITIVA - NECESSÁRIO REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE NA VIA SUMARÍSSIMA DO PROCESSO DE 'HABEAS CORPUS' - PEDIDO INDEFERIDO.

- O reconhecimento do nexo de continuidade delitiva não se revela viável em sede de 'habeas corpus', quando essencial, ao deslinde da questão, o exame dos elementos probatórios produzidos no processo penal de conhecimento. A complexidade de fatos e de elementos circunstanciais pertinentes às diversas infrações penais, em situação de alegada continuidade delitiva, compromete a utilização do remédio constitucional do 'habeas corpus', cujo rito sumaríssimo repele toda e qualquer pretensão que se sustente na necessidade de aprofundado exame das provas. Precedentes.


- A reiteração de práticas criminosas não basta, só por si, para justificar o reconhecimento da ficção jurídica do delito continuado, cuja caracterização não prescinde do concurso - necessário e essencial - de outros elementos e fatores referidos pela lei. Precedentes.


As práticas criminosas reiteradas, especialmente quando cometidas em bases profissionais, como tem sucedido com os delitos de roubo, não devem ensejar, em princípio, o reconhecimento da 'fictio juris' do delito continuado. Constituem, antes, a eloqüente atestação do elevado grau de temibilidade social dos que investem, até mesmo com perversidade, contra a vida, a integridade corporal e o patrimônio de vítimas inocentes."

(HC 70.580/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO)

HC 103.149 / RS

"Habeas corpus". Crime continuado. Dilação probatória. Conexão. Reunião facultativa de processos. Prejuízo ao direito de ampla defesa em vista da multiplicidade de ações penais instauradas.

1. Não é possível, em sede de 'habeas corpus', examinar se estão presentes os requisitos fáticos caracterizadores da continuidade delitiva. Tal exame exigiria dilação probatória, não admitida nesta via processual. (...)." 

(HC 91.895/SP, Rel. Min. MENEZES DIREITO - grifei) 

Sendo assim, considerando as razões expostas e acolhendo, ainda, o parecer da douta Procuradoria Geral da República, indefiro o pedido de "habeas corpus".

É o meu voto.

/ss.
/mg.
/lr.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 103.149

PROCED. : RIO GRANDE DO SUL

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO

PACTE.(S) : SILVINO JANUÁRIO DANTAS

PACTE.(S) : ANTONIO JANUÁRIO FILHO

IMPTE.(S) : PAULO EDUARDO BUSSE FERREIRA FILHO E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, à unanimidade, indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 25.05.2010.

Presidência do Senhor Ministro Eros Grau. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello e Gilmar Mendes. Ausentes, justificadamente, a Senhora Ministra Ellen Gracie e, licenciado, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador